



Editorial

OS PODERES REPUBLICANOS E A SAÚDE MENTAL NO BRASIL

Todo poder emana do povo e pelo povo deve ser exercido. Este é o princípio fundamental da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, seguindo a tradição de constituições anteriores em países pautados pelo regime democrático. Uma das estratégias para que isso possa acontecer, no caso da saúde, no âmbito do SUS é o princípio do Controle Social.

A estratégia principal para exercício do Controle Social são as conferências de saúde. No caso da Saúde Mental, estas deveriam realizar-se a cada quatro anos, mas desde a instituição do SUS, em 1988, ao invés de realizarmos a 10ª Conferência, caso houvesse sido seguida esta orientação, conseguimos realizar, em dezembro de 2023, a quinta.

A realização da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental deverá ser assunto de um próximo número de Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. Neste momento, cabe celebrar o fato de ter sido realizada a Conferência e torcer para que suas discussões, resoluções e moções não sejam simplesmente ignoradas, desrespeitadas ou esquecidas.

Os poderes constituídos da República brasileira têm atuado muito mais em causa própria do que em prol do bem estar das populações. Enquanto redigimos este texto, por exemplo, o Congresso aprova um orçamento que multiplica escandalosamente o financiamento de campanhas políticas e emendas parlamentares de todo o tipo, em detrimento de programas sociais. Os números sobre o bem estar social dos brasileiros são assustadores. Aumentam exponencialmente as populações de rua em todos os estados e cidades. A mídia expõe de forma contundente imagens de violência em plena luz do dia, mesmo em bairros “nobres” como Copacabana, no Rio de Janeiro, e nos Jardins, em São Paulo. O crime organizado, inclusive nas operações de garimpo na

Amazônia, humilha as forças armadas e de segurança do Estado. A segurança é uma ilusão, alimentada por ideias arcaicas de combate ao crime quase que exclusivamente através da força, do encarceramento em massa e de operações policiais que matam pobres e negros nas periferias. Enquanto isso, policiais atiram aleatoriamente em cidadãos de todas as idades, nos tornando campeões em mortes de criança e adolescentes por “balas perdidas” e também de policiais. Nossa Educação se revela, frente aos indicadores internacionais, como uma das piores do mundo. O SUS vem sendo depauperado, solapado, sucateado, vilipendiado. Mas os poderes da República, em sua visão estreita, parecem privilegiar seus próprios ganhos políticos e particulares. Ministérios, cidades, pessoas, alimentos, elementos simbólicos e tudo o mais são reduzidos à condição de massa de manobra, mercadorias e moedas de troca.

O ponto crítico da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental foi o suporte do Estado, inclusive através de financiamento público, das chamadas comunidades terapêuticas, instituições asilares que têm chamado mais atenção pelas constantes denúncias e indícios de violações de direitos, trabalho escravo e enriquecimento ilícito dos grupos que as apoiam e controlam do que por sua contribuição para a melhoria das pessoas que atendem. Essas organizações, apesar de todas as evidências de sua atuação ineficiente e às vezes criminosas, gozam da proteção de bancadas parlamentares e de governos de todas as cores. Vejamos como vão se desdobrar as indignadas recomendações e resoluções da 5ª Conferência relativas às comunidades terapêuticas e como vão se portar os órgãos governamentais, conselhos e outros, encarregados de zelar, em níveis diversos, pela saúde mental no Brasil.

Conforme anunciado acima, um suplemento especial de Cadernos Brasileiros de Saúde Mental deverá tratar da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental. Neste número, Sabrina Melo Del Sarto, Caroline Aparecida da Silva e Aline Fagundes Silva adiantam o tema, tratando das conferências estaduais de Santa Catarina. Na mesma linha de análise, os desafios da Reforma Psiquiátrica e as consequências das reformulações da Política de Saúde Mental são alvo, respectivamente, dos artigos de Juliana Pessoa Costa e Emília Cristina Carvalho Rocha Caminha e de Thais Raianny Lima Silva e Lauriane dos Santos Moreir. Ingrid Souza Lima, Rafael Coelho Rodrigues e Dóris Firmino Rabelo encadeiam

o raciocínio sobre vulnerabilidades sociais, de raça e gênero enquanto os temas relacionados à infância e adolescências são abordados no artigo de Lucas de Oliveira Saraiva Leão, Carla Renata Braga de Souza, Matheus Thierry Borges Lima Lopes, Patrícia Régia Oliveira de Araújo e Jordan Prazeres Freitas da Silva e no tocante relato de Ivana Carneiro Botelho e Maria Elizabeth Barros de Barros sobre a Menina-moça e sobre Maria, uma profissional perplexa, mas decidida a mudar o panorama da atenção à infância e adolescência. Apresentamos ainda um artigo sobre a escuta em uma perspectiva de práticas etnopsicanalíticas, de autoria de Raquel Rotta, Júlia Rítez Martins e Juliana Barros Brant Carvalho, um artigo sobre sintomas de depressão e ansiedade em policiais da guarda municipal, de autoria de Giovana Aparecida Leopoldino, Viviani dos Santos Freitas, Edmara Alves da Silva, Bruna Lubarino da Silva e Luana Luca e um artigo sobre a síndrome metabólica deflagrada por uso de medicações antipsicóticas em pessoas com esquizofrenia, de autoria de Leonardo Ramos da Rocha, Bruna Fernanda Krull dos Santos e Giovana Jorge Garcia.

- **Walter Ferreira Oliveira**
- <https://orcid.org/0000-0002-1808-0681>